

## Requerimento

### **Solicitação de informação sobre despesas em publicidade institucional**

A forma como Governo Regional dos Açores se relaciona com os órgãos de comunicação social ao nível da distribuição das comunicações e anúncios que, normalmente, se designa publicidade institucional, tem sido identificada como pouco transparente e promotora de tratamentos desiguais, discricionários e, nessa medida, provocar pressão sobre estes agentes da vida pública regional.

São recorrentes os sinais de tratamento discriminatório de uns órgãos de comunicação social em relação a outros, por parte dos vários serviços do Governo Regional, a este nível.

O Grupo Parlamentar do PSD, na anterior legislatura, apresentou uma proposta que visava regular esta matéria conferindo maior transparência e rigor nesta relação do Governo com a comunicação social açoriana.

O Governo Regional, há vários anos, anunciou a apresentação de legislação sobre este assunto.

Porém, até esta data, também, nesta matéria, os anúncios e as promessas não passaram disso mesmo.

Na verdade, o Governo Regional nunca apresentou qualquer proposta ao Parlamento no sentido de regular a distribuição de publicidade institucional, assumindo, com esta omissão, que a falta de regras e de transparência é positiva para a sua acção.

Ontem, no âmbito de uma audição ao Secretário Regional da Presidência, aquando da análise de uma proposta do PCP sobre a mesma matéria, o Grupo Parlamentar do PSD solicitou fosse fornecida ao Parlamento toda a informação sobre os quantitativos financeiros pagos pelos vários serviços e departamentos do Governo Regional aos diferentes órgãos de comunicação social da Região, a este nível.

Tal solicitação foi feita no quadro dos trabalhos da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, estando, assim, sujeita a aprovação da maioria dos seus membros.

Porém, lamentavelmente, o Grupo Parlamentar do PS votou contra esta proposta, fazendo com que a Comissão não tivesse acesso a uma informação essencial para a avaliação e abordagem desta matéria, tentando impedir, assim, que o Parlamento conhecesse, de facto, a realidade da relação financeira do Governo com a comunicação social ao nível da publicidade institucional.

Tem, deste modo, o Grupo Parlamentar do PSD de recorrer à figura regimental do requerimento para solicitar a informação que o Grupo Parlamentar do PS impediu que a Comissão Parlamentar em causa conhecesse.

É o que fazemos.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam informação específica e pormenorizada sobre o montante das despesas do Governo Regional ao nível da publicidade institucional, no seu sentido mais amplo, relativamente a cada um dos órgãos de comunicação social da Região, no anos 2008, 2009 e no 1º trimestre do ano 2010.

Atendendo a que a matéria em causa vai ser discutida na próxima semana na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e ao facto do

Secretário Regional da Presidência ter assumido, expressamente, que poderia fornecer tais elementos a qualquer momento, solicitamos que a informação solicitada seja fornecida com carácter de urgência.

Ponta Delgada, 14 de Abril de 2010.

Os Deputados,



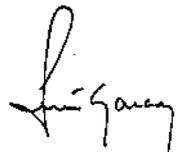
Clélio Meneses



Carla Bretão



João Bruto da Costa



Luís Garcia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada <u>1481</u>	Proc. Nº <u>54.03.00</u>
Data <u>10.1.04/14</u> Nº <u>249112</u>	